

São Paulo — O empresário e membro do Conselho Monetário Nacional, Abílio Diniz (Grupo Pão de Açúcar), considerou "auspicioso" o fato de o Brasil, "pela primeira vez estar realmente fazendo uma renegociação e não uma operação tapa-buraco". Ele se referiu às negociações iniciadas em Washington, englobando as necessidades financeiras brasileiras para este ano e 1984.

Assinalou que também pela primeira vez o Brasil está discutindo as taxas dos juros de seus empréstimos internacionais, tentando conseguir níveis mais razoáveis, o que, na sua opinião, deverá ser conseguido. Admitiu que tanto para o **new money** (dinheiro novo) quanto para a rolagem da dívida antiga, o Brasil deve conseguir uma redução do **spread** de 2,5% para 2% ou mesmo 1,875%, o mesmo acontecendo com o **flat fee** (taxa inicial nos empréstimos cobrada pelos bancos) que poderá ser reduzida de 1,5% para 1%.

Desindexação

Mostrou-se otimista no sucesso da iniciativa dessa renegociação mais ampla, destacando que, pelo que sentiu em Washington — de onde chegou ontem, depois de participar da reunião do Fundo Monetário Internacional — "a própria comunidade financeira internacional está convencida da necessidade de viabilizar o Brasil". Daí também a sua convicção de que se efetive realmente a renegociação da dívida brasileira em um prazo de nove anos com cinco de carência. Na sua opinião, há clima para uma renegociação em 12 anos e, a seu ver, o Brasil deveria insistir nesse prazo mais dilatado.

Embora considere o acordo com o FMI uma "peça vital" nas negociações, o empresário Abílio Diniz acredita que se pode conseguir mais, levando em conta, principalmente que suas exigências são "extremamente recessivas".

— Ninguém vai se dar ao luxo de lançar o Brasil nas suas contas de prejuízo — comentou.

Em entrevista que concedeu ontem à noite, ao programa **Primeira Página**, da Televisão Gazeta, o diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar considerou "importante" a extinção da indexação da economia brasileira para que "não haja uma realimentação automática da inflação". Também é importante, na sua opinião, uma reestruturação fiscal "sem a necessidade de aumentar os impostos e a carga tributária para as empresas". Preconizou uma taxa de diferenciação para os ganhos de capital, para que o dinheiro seja canalizado às atividades produtivas e não à especulação. Explicou que a taxa de 4% no mercado aberto não parece suficiente, porque os ganhos de capital, quando contabilizados pelas empresas, implicam pagamento de 40% ou 45% ao Imposto de Renda.

**Abílio Diniz elogia
atual renegociação**